

# Sarney quer mandato definido na próxima quarta

## Questão dos índios ainda sem acordo

Ainda não há acordo sobre o capítulo que trata da questão indígena, que deverá entrar em votação na próxima terça-feira, se houver quorum. Na reunião realizada ontem, os parlamentares acertaram dois pontos polêmicos do capítulo: o reconhecimento dos índios sobre as terras racionalmente ocupadas e a determinação de que as lavras das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a autorização do Congresso Nacional, ouvindo as comunidades interessadas.

A reunião das lideranças partidárias foi realizada após o encerramento da sessão da Constituinte. Foram mais de três horas de discussão para se acertar um único artigo. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização dizem que era reconhecido aos índios seus direitos originários sobre as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados. O novo texto, acatando sugestão do senador, Jarbas Passarinho (PDS-PA), diz que: são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Em seguida, foi acertado ainda que viria um parágrafo único que estabeleça que "o aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvindo as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

### Cumprimentos

O novo texto atendeu aos dois lados, conforme anunciou o deputado Octávio Elisio (sem partido-MG), porque garante efetivamente o direito dos índios. Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lins (PFL-CE) também gostaram do texto e entenderam que eles foram o melhor para os indígenas. Bonifácio e José Lins fizeram questão de cumprimentar cada cacique que se encontrava a postos no auditório ao lado da sala de negociações, explicando a cada um que o Centrão não é contrário às suas causas e que reconhece o direito deles sobre a terra tradicionalmente ocupada e a necessidade de demarcação delas.

"Não foram discussões emocionais como vinham acontecendo até então", explicou o deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), que também participa das negociações. Ele lembrou que outro ponto polêmico é em relação à aculturação do índio. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização falam que os direitos especiais concedidos aos índios só se aplicam aos que efetivamente habitam terras indígenas e não possuem elevado grau de aculturação. A proposta não agradou aos índios e, segundo o deputado Tadeu França (PMDB-PR), esta questão poderá ser facilmente superada na próxima terça-feira, em virtude de discussões prévias já realizadas sobre o assunto, quando houve um consenso se excluiria a situação dos índios aculturados do texto constitucional.

Os cerca de cem índios de mais de 30 nações diferentes, entre elas Xavante, Caiapó, Carajás, Pataxó, Guarani, Caiagang, Guajajara e Terena, permanecerão em Brasília até a próxima terça-feira, quando o capítulo deverá ser votado.

## Prefeito de Diadema deixa PT paulista

**Santo André** — O Partido dos Trabalhadores perdeu ontem a primeira prefeitura que conquistou no Estado de São Paulo, e justamente no seu principal reduto, o ABC paulista. O prefeito Gilson Menezes, de Diadema ex-operário da Saab-Scania, que em 1983 assumiu o Executivo com a proposta de tornar o município um modelo de administração popular, anunciou ontem seu desligamento do partido, com resultado de um desgastante processo de disputa política para a sucessão deste ano, do que qualificou de "falta de apoio interno" para conduzir a administração, e da discordância "profunda" em relação ao comportamento de tendências de esquerda radical que se abrigaram dentro do PT com o passar dos anos, ou, como ele define "que baixaram em peso em Diadema". Ele explicou que ainda não tem nenhum partido em vista para ingressar.

Poder Popular Socialista, Causa Operária, Convergência Socialista, provavelmente também a velha tendência Liberdade e Luta, todas estão unidas e atuantes em Diadema, segundo denunciou o prefeito, e dispostas a "estourar o aparelho burguês" que é a prefeitura. Tudo sem que o PT tome uma atitude definitiva de combate aos avanços destes grupos. "Saio profundamente magoado" — avisou Menezes — "mas o PT é que tem que definir: se a prefeitura é um aparelho burguês e não é importante, então não vamos enganar a população. Então, não devemos mais lançar companheiros para os cargos executivos".



Representantes indígenas só deixarão Brasília após a votação

## Para Ulysses, não há interesses em retardar votações

"Tenho a impressão de que ninguém está interessado em retardar indevidamente as votações. Todos querem votar sim ou não, marcando suas posições" — afirmou, ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na esperança de que na próxima semana seja colocado em votação o capítulo das Disposições Transitórias, no qual se inclui o mandato do presidente Sarney.

Ulysses Guimarães, revelou que tem recebido informações e números dando conta de que a "preponderância de votos" no plenário é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

No dia 5 de junho, o Presidente viajará para uma sessão da ONU e, se a votação do mandato fosse retardada, Ulysses não poderia presidi-la, pois teria que substituir Sarney.

Técnica e regimentalmente, é possível votar na semana que entra

o mandato do Presidente, acredita Ulysses. "Temos que votar somente o capítulo referente aos índios, para entrar nas Disposições Transitórias, no qual o mandato é um dos primeiros dispositivos", afirmou. Disse também que não poderia fazer previsões sobre o resultado da votação, embora informações que lhe chegaram de constituintes apontam que há predominância pelos cinco anos. Ulysses, que pela primeira vez usou do voto na quinta-feira, não quis adiantar qual seria sua escolha se a votação ficasse empada na questão do mandato. Embora defenda cinco anos, preferiu dizer: "Se isso acontecer, toda à Nação verá o meu voto na hora".

Ulysses Guimarães permanecerá em Brasília no final semana e no feriado de segunda-feira, trabalhando pelas votações que se reiniciarão na terça-feira. Segundo ele, é possível haver um acordo para votação.

### Falta quorum outra vez

Novamente a falta de quorum impediu a realização de sessão matutina da Constituinte. Apenas 200 dos 559 constituintes registraram presença na verificação, permanecendo a escrita de que, sexta e segunda-feira, são dias de "recesso" parlamentar. Além desta tradição, a falta de acordo sobre o capítulo que trata do direito do índio e o feriado de Corpus Christi (segunda-feira) foram estímulos para que inúmeros constituintes deixassem Brasília com destino a seus estados de origem.

As lideranças partidárias, durante toda a manhã de ontem, estiveram reunidas no gabinete do senador Mário Covas, líder do PMDB, negociando a elaboração de um texto que possibilite atender as reivindicações das comunidades indígenas e que seja aceitável aos interesses dos membros do Centrão. Mas o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães preferiu ignorar a possibilidade de sair um acordo ainda na parte da manhã, e promoveu, às 10h30, a verificação de quorum. Com a presença, em plenário, de apenas 200 constituintes, Ulysses en-

cerrou a sessão, convocando outra para terça-feira, às 14h30.

Muro "Não posso construir um muro para impedir que ele e outros companheiros saiam do partido". Esta foi a resposta do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao deixar o plenário, sobre o desejo do senador Mário Covas de abandonar o partido na hipótese de aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Ulysses disse também que o mandato do presidente Sarney deverá ser votado na próxima semana. "Teremos condições técnica e regimentais, mas políticas não sei", salientou, ao reconhecer que tudo dependerá da disposição das lideranças para o entendimento e do comparecimento dos parlamentares em plenário para a votação. Ulysses não vê inconveniente da Constituinte votar a duração do mandato com a ausência do presidente Sarney no País (viaja dia 5 para os Estados Unidos), pois para ele, "a Constituinte seguirá seu curso. Se as votações fossem feitas na dependência da presença de pessoas que têm interesse na votação, ela nunca sairia do mesmo lugar".

## Rádio apela por Minas unida

**Belo Horizonte** — As campanhas contra a emancipação do Triângulo vão esquentando em Minas na medida em que se aproxima a votação da emenda separatista. Depois do movimento dos políticos, empresários, advogados e estudantes, chegou a vez da imprensa. A Rádio Itatiaia, emissora de maior audiência na capital e que atinge todo o Estado, lançou ontem uma campanha a favor da unidade do Estado. Ao som de músicas tradicionais como o hino "Oh, Minas Gerais" e as serestas de Juscelino Kubitschek, para aguçar a mineiridade do

ouvinte, estão sendo colocados no ar depoimentos de populares contra a separação.

Durante toda a semana a emissora veiculou reportagens jornalísticas sobre o tema para Minas Gerais. Ontem, se posicionando claramente contra a criação do Estado do Triângulo, a Rádio Itatiaia deu início à sua própria campanha anti-separatista.

"O que queremos mostrar é que aproximadamente 90% da população do Estado está contra a emancipação do Triângulo", explicou Samuelito Mares.

O presidente José Sarney determinou ontem a seus ministros e líderes políticos, em reunião no Palácio da Alvorada, que façam todo o possível para que a votação do seu mandato não passe da próxima quarta-feira.



Sarney reuniu ontem, pela quarta vez, nesta semana, o seu "conselho político" — ministros de Estado e lideranças do Governo na Câmara e no Senado — e recomendou a todos que não interrompam o trabalho de mobilização dos constituintes favoráveis ao mandato de cinco anos, para que estejam todos em Brasília a partir de terça-feira.

O Presidente da República, de acordo com fonte do Palácio do Planalto, chegou a recomendar aos líderes políticos maior flexibilidade nas negociações das matérias que antecedem o mandato, dentro da estratégia de forçar uma definição da Assembleia Nacional Consti-

tuída para a semana que vem.

O deputado Carlos Sant'Anna — ele e os outros líderes, José Lourenço e Saldanha Derzi, permanecerão em Brasília durante todo o fim de semana — disse, ao final do encontro no Palácio da Alvorada, que o processo de votação do mandato será irreversível a partir de terça-feira.

A confiança dos conselheiros do presidente José Sarney na vitória tornou-se ainda maior nos últimos dias, com as "demonstrações de solidariedade" recebidas pelo chefe do Governo.

### Votação Expressiva

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse que o "mandato de cinco anos já está aprovado, tanto na consciência da opinião pública, quanto na consciência da imprensa. O trabalho agora, segundo ele, "é fazer uma votação mais expressiva, porque isso fortalece o Governo".

O presidente José Sarney, afirmou, terá garantido o seu mandato de cinco anos por 325 ou 330 votos, o que é um número muito interessante, porque facilita os acordos externos e, também, a política interna".

Quando à obstrução dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, observou que "isso não é contra o presidente José Sarney, mas contra o Brasil, porque o Brasil precisa de trabalho".

Para o deputado José Lourenço o mandato de cinco anos está consagrado, desde a vitória nas disposições permanentes, quando foi aprovado também o sistema presidencialista de Governo. Aquela votação, de acordo com o líder do PFL, "induziu outros constituintes a votar os cinco anos também para o presidente José Sarney".

José Lourenço, como todos os integrantes do "conselho político", acredita que a votação do mandato não passará de quarta-feira. E não cre também em "buraco negro", porque "nós temos mais do que o suficiente para aprovar os cinco anos".

A segurança dos "conselheiros" do presidente José Sarney se baseia também na convicção que eles têm de que o deputado Ulysses Guimarães concorrerá para a vitória dos cinco anos. E como diz o ministro Antônio Carlos Magalhães: "Eu confio na palavra dele".

## União parlamentar pede quatro anos

**Natal** — Os 180 deputados estaduais representantes de 21 estados reunidos no XI Congresso Brasileiro da União Parlamentar Interestadual que se realiza nesta capital, aprovaram ontem por maioria de votos uma moção apresentada pela bancada de Alagoas, apelando à Assembleia Nacional Constituinte no sentido de fixar em quatro anos o mandato do presidente José Sarney.

Apenas os deputados José Bento e Galeno Brantes, ambos do PFL do Maranhão votaram contra. Segundo o deputado Euclides Melo (PMDB-AL), após colher as assinaturas constatou que cerca de 20% dos congressistas defendiam

os cinco anos de mandato, "mas na hora de votar acho que tiveram vergonha e votaram a favor", disse.

No apelo que dirigem aos constituintes, os deputados afirmam que a Nação vive momentos de inquietação, "sobretudo diante da falta de credibilidade na autoridade do presidente da República". Dizem também que têm absoluta convicção de que "a abulia que toma conta do País constitui um gerador do aprofundamento da crise político-institucional, econômica e social, de caráter irreversível, que só será superada com as novas perspectivas que a mudança de governo ensejará".

Durante a votação da moção, com o auditório Reis Magos, do Centro de Convenções inteiramente tomado, os debates estiveram acirrados, principalmente no instante em que o presidente da UPI, o paranaense Luiz Alberto (PDS), prevendo a derrota da moção tentou retardar o processo de votação.

Após a votação das moções foi discutido o sistema tributário, cuja exposição foi feita pelo deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP). A tarde, as discussões giraram em torno do tema central do congresso, as constituições estaduais. Hoje, o congresso será encerrado com a leitura da carta de Natal.

